

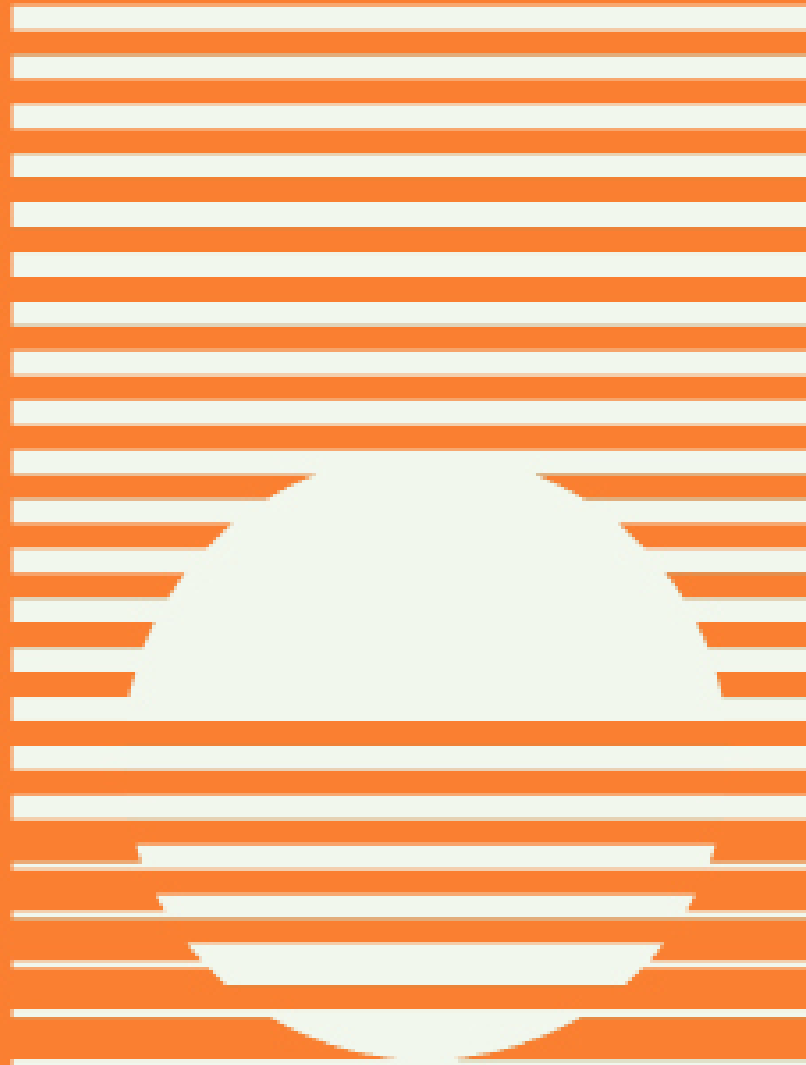
ISSN 2526-5822

# CONJUNTURA



LATITUDE  
SUL

09  
2018



# CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

---

## Corpo Editorial

**Editora Executiva:** Juliana Pinto Lemos da Silva

**Editor Adjunto:** Diogo Ives de Quadros

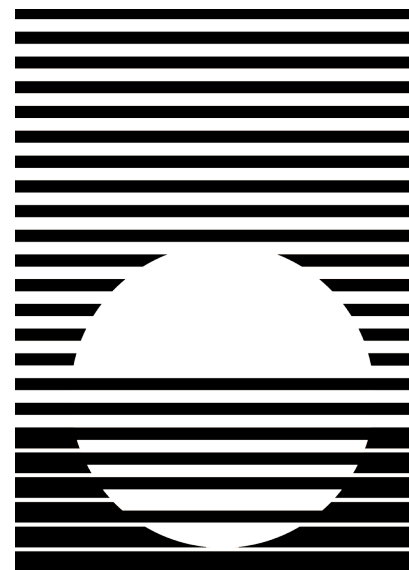
**Conselho Editorial:** Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Leticia Pinheiro, Maria Regina Soares de Lima, Rubens de S. Duarte.

**Editoria de Redação:** André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Bruna Soares de Aguiar, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Giovana Esther Zucatto, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Leandro Conde, Leandro Wolpert dos Santos, Leonardo Albarello Weber, Leonildes Nazar Chaves, Livia Liria Avelhan, Luã Braga de Oliveira, Maria del Carmen Villareal Villamar, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Natalia Pasetti, Niury Novacek Gonçalves de Faria, Pablo Saturnino Braga.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).  
Rua da Matriz 82, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, Brasil  
CEP: 22260-100 | Tel: +55 (21) 2266-8300

**LATITUDE SUL**

[latsul.org](http://latsul.org)



## SUMÁRIO

### Página 04

Incêndio no Museu Nacional repercute na mídia internacional  
Eventos relacionados à eleição presidencial no Brasil repercutem na região

Violência de gênero, memória e direitos humanos foram pauta no Itamaraty

### Página 05

Governadora de Roraima tem reunião com presidente da Venezuela

Secretário-Geral da OEA não descarta intervenção na Venezuela

Suposto esquema de corrupção dos governos Kirchner mobiliza “Lava Jato Argentina”

### Página 06

Acordo entre Argentina e FMI é anunciado após saída do presidente do Banco Central

Sede da Embaixada do Paraguai em Israel retorna a Tel Aviv

### Página 07

Encontro do FOCAC 2018 acontece na China

Em sua X Cúpula, os BRICS batem de frente com os EUA

### Página 08

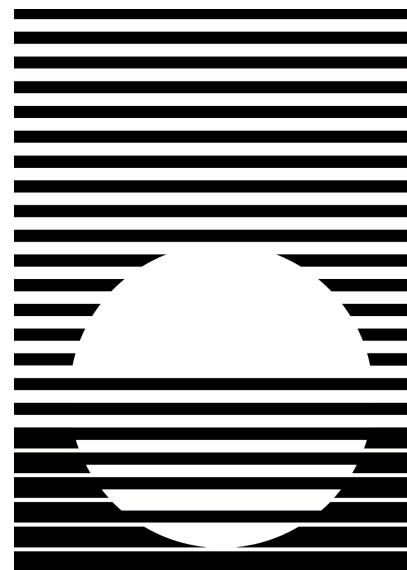
Erdogan critica EUA em seu discurso na Assembleia Geral da ONU

Assembleia Geral da ONU discute migrações

Avanços e retrocessos nos direitos humanos ocorrem ao redor do mundo

### Página 09

Protagonismo feminino ganha destaque na política doméstica e internacional



## Incêndio no Museu Nacional repercute na mídia internacional

Na noite do dia 02 de setembro, após o encerramento do horário de visitas, um incêndio de grandes proporções atingiu o Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro. O museu, criado por D. João VI em 1818, foi rapidamente consumido pelas chamas, que destruíram quase integralmente o seu acervo. Entre os mais de 20 milhões de itens, destacam-se o crânio de Luiza, fóssil humano mais antigo encontrado nas Américas, além de itens de geologia, paleontologia, botânica e arqueologia. O prédio abrigava, ainda, o Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), instituição responsável por sua manutenção. As causas do incêndio ainda são investigadas, mas a principal suspeita é a de um curto-circuito, dada a precariedade de investimentos na manutenção do museu. Os seguidos cortes no orçamento e a situação irregular das normas de segurança do prédio foram ressaltadas pela imprensa local e internacional, que deram destaque para o caso. O argentino El Clarín destacou a fala do diretor do museu, que relacionou a tragédia à falta de apoio do poder público. A negligência do governo também foi destaque na venezuelana TeleSur e no chileno El Mercurio. A BBC classificou o ocorrido como uma “metáfora” da situação atual do país, na mesma linha da Forbes, que relacionou o incêndio com o histórico de corrupção da cidade. No dia 20, o Ministério da Educação anunciou a liberação de R\$ 8,5 milhões para a reconstrução do museu, prevista para iniciar em 2019. Por meio de medida provisória, o presidente Michel Temer criou a Agência Brasileira de Museus (Abram), que gerenciará o processo de reforma. O ministro da Cultura, Sérgio Sá Leitão, afirmou que tal agência deverá trabalhar em conjunto com a UFRJ.

Fontes: [G1](#), 02/09/2018; [Estadão](#), 02/09/2018; [Opera Mundi](#), 03/09/2018; [G1](#), 04/09/2018; [Folha de São Paulo](#), 20/09/2018.

## Eventos relacionados à eleição presidencial no Brasil repercutem na região

Dois acontecimentos em meio à corrida eleitoral pela Presidência da República no Brasil repercutiram na América do Sul: a impugnação da candidatura de Lula da Silva (PT) e o atentado sofrido por Jair Bolsonaro (PSL). Em 31 de agosto, o Tribunal Superior Eleitoral

julgou que Lula, até então líder nas pesquisas de intenção de voto e preso desde abril, estava inelegível a cargos públicos conforme disposto na Lei da Ficha Limpa. Na Bolívia, Evo Morales rechaçou a medida por entender que a decisão atentava contra a vontade do povo brasileiro. Na Venezuela, Nicolás Maduro considerou o veto como uma forma de ataque da oligarquia brasileira a Lula. Em 06 de setembro, Jair Bolsonaro, até então segundo colocado nas pesquisas, foi esfaqueado enquanto fazia um ato de campanha em Juiz de Fora (MG), o que o deixou hospitalizado até 29 de setembro. Na Argentina, o jornal Clarín expressou a preocupação de que o atentado pudesse radicalizar ainda mais a militância ligada a Bolsonaro. No Equador, o jornal El Comercio ressaltou o seu favoritismo nas pesquisas com a saída de Lula da disputa, sua orientação política de extrema-direita e suas declarações polêmicas de cunho machista, racista e homofóbico.

Fontes: [G1](#), 31/08/18; [El Deber](#), 01/09/18; [UOL](#), 01/09/18; [Tribuna de Minas](#), 06/09/18; [El Comercio](#), 06/09/18; [Clarín](#), 07/09/18.

## Violência de gênero, memória e direitos humanos foram pauta no Itamaraty

No mês de setembro, o Estado brasileiro adotou duas medidas importantes no âmbito do combate à violência de gênero e do direito à memória. No dia 19, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) demitiu o diplomata Renato de Ávila Viana por “descumprimento das normas que disciplinam a conduta pessoal e a vida privada do servidor”. A demissão foi resultado de um longo processo administrativo disciplinar respondido pelo diplomata em face de denúncias pretéritas. Seu desligamento ocorreu um dia após ser preso pela Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) por denúncias de vizinhos de uma alegada agressão à sua namorada, que ocorrera durante uma discussão no apartamento funcional no qual residia o ex-primeiro secretário. A PMDF invadiu o apartamento do agressor na noite do dia 18, detendo-o em flagrante. Em nota, a Associação dos Diplomatas Brasileiros (ADB) repudiou os atos de violência e discriminação contra mulheres que teriam sido praticados por Renato Viana, que antes de sua prisão já respondia a processos dessa natureza, sendo enquadrado na Lei Maria da Penha. A defesa do diplomata alegou que a decisão do Itamaraty teve objetivos políticos e não técnicos. No dia 21 de setembro, o Estado brasileiro

reconheceu oficialmente que o ex-diplomata José Jobim foi sequestrado, torturado e morto pela ditadura civil-militar de 1964. O reconhecimento ocorreu após 40 anos de esforços da filha de José Jobim, a advogada Lygia Jobim, que contestava a hipótese de suicídio originalmente registrada em sua certidão de óbito. Jobim foi assassinado após revelar denúncias de superfaturamento nas obras de construção da hidrelétrica de Itaipu, inaugurada no fim do governo Figueiredo. O reconhecimento oficial de seu assassinato inscreve-se em um árduo e recente processo de reflexão crítica da atuação política do Estado brasileiro e na concessão do direito à memória e à justiça.

Fontes: [O Dia](#), 20/09/2018; [G1](#), 21/09/2018; [Época](#), 21/09/2018.

## **Governadora de Roraima tem reunião com presidente da Venezuela**

Repercutiu nas imprensas brasileira e venezuelana uma reunião, ocorrida em Caracas, no dia 20 de setembro, entre a governadora de Roraima, Suely Campos (PP) e o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, onde trataram do tema da migração de venezuelanos para o estado brasileiro. Em abril, a governadora chegou a pedir ao Supremo Tribunal Federal (STF) o fechamento da fronteira com a Venezuela, mas o pedido foi negado. Foi noticiado como resultado dessa reunião um acordo para repatriar os imigrantes venezuelanos. O governo de Roraima disponibilizaria ônibus para levá-los até a cidade de Pacaraima, na fronteira, e em seguida eles seguiriam viagem com apoio do governo de Maduro, no âmbito do programa “Volta à Pátria”. Caberia ao Consulado da Venezuela em Boa Vista fazer listas com nomes de imigrantes que quisessem ser repatriados. Entretanto, alguns especialistas apontaram que o acordo seria inconstitucional, uma vez que políticas de migração e controle fronteiriço são competência do governo federal brasileiro, e não dos estados. Durante a reunião, Maduro se comprometeu a fazer manutenção da linha de transmissão da usina hidrelétrica Guri, da Venezuela, que fornece energia para Roraima e que, no início do mês, apresentara falhas, ocasionando apagões no estado. Dias depois, em 27 de setembro, em ofício ao Ministério Público Federal (MPF), o governo de Roraima negou a existência de um acordo com a Venezuela sobre o tema migratório e afirmou que a reunião teve como pauta a questão energética.

Fontes: [G1](#), 20/09/2018; [El Universal](#), 20/09/2018; [O Globo](#), 21/09/2018; [Folha de São Paulo](#), 27/09/2018.

## **Secretário-Geral da OEA não descarta intervenção na Venezuela**

No dia 14 de setembro, o secretário-geral da Organização de Estados Americanos (OEA), Luis Almagro, afirmou que uma intervenção militar não estaria descartada como solução para a crise na Venezuela. A declaração repercutiu negativamente na região, gerando uma nota do Grupo de Lima rechaçando o intervencionismo. Canadá, Colômbia e Guiana foram os únicos países do grupo que não assinaram a declaração. No dia 26, um grupo de seis países, composto por Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai, Peru e Canadá denunciou Nicolás Maduro e seu governo diante da Corte Penal Internacional por crimes de lesa humanidade e violação de direitos humanos. Os crimes teriam sido cometidos desde 2014, quando os protestos contra Maduro se intensificaram no país, com repressão policial e perseguição à oposição. No dia 23, Maduro acusou o México, o Chile e novamente a Colômbia de terem conspirado para o atentado contra sua vida em 04 de agosto. As acusações foram baseadas no depoimento de um dos presos envolvidos no ataque, que afirmou que sua fuga seria auxiliada pelas embaixadas desses países. O mês terminou com discursos presidenciais na Assembleia Geral das Nações Unidas, na qual Donald Trump, presidente dos EUA, criticou Maduro, mas afirmou estar disposto a reunir-se com ele. Em resposta, Maduro disse em seu discurso que aceitaria “apertar a mão” de Trump, pedindo também ajuda dos EUA para investigar o atentado.

Fontes: [El Universal](#), 15/09/2018; [El Universal](#), 15/09/2018; [El País](#), 24/09/2018; [El Nacional](#), 26/09/2018; [El Nacional](#), 27/09/2018.

## **Suposto esquema de corrupção dos governos Kirchner mobiliza “Lava Jato Argentina”**

Em 1º de agosto, o jornal La Nación da Argentina noticiou um suposto escândalo de corrupção envolvendo os governos dos ex-presidentes argentinos Nestor e Cristina Kirchner. A suspeita baseia-se em anotações realizadas em oito cadernos por um ex-motorista do Ministério de Planejamento argentino de 2005 até 2015. De acordo com as acusações, empresários pagavam subornos ao governo para garantir contratos em obras públicas. Os valores corresponderiam a cerca de 10% do previsto para as obras, sempre em dinheiro vivo e em dólar. O juiz



designado pela Câmara Federal para o caso é Claudio Bonadió, magistrado alinhado com o peronismo de direita e responsável por processos anteriores de corrupção envolvendo os Kirchner. Até o momento, 18 empresários citados no suposto esquema já assinaram acordos de delação premiada, recebendo em troca a garantia de responder ao processo em liberdade. Paralelamente, foram presas em caráter preventivo 19 pessoas, a maior parte delas ex-integrantes de quadros burocráticos dos governos Kirchner. Bonadió pediu também a prisão preventiva de Cristina Kirchner, mas o Congresso negou suspender o foro privilegiado da agora senadora. A ex-presidenta denuncia a investigação como uma perseguição política, comparando-a com a situação dos ex-presidentes do Brasil e do Equador, respectivamente Lula e Rafael Correa. A defesa de Kirchner busca internacionalizar a questão, fazendo apelos para que líderes de outros países estejam presentes em sua primeira audiência sobre o caso, em fevereiro de 2019. As similitudes com a Operação Lava Jato não parecem ser coincidência. O secretário argentino do Fortalecimento Institucional, Fernando Sánchez já declarou que a operação brasileira inspirou a investigação dos cadernos de propinas especialmente nos métodos utilizados, centrados no uso de delações premiadas e em prisões preventivas.

Fontes: [Nexo](#), 01/08/2018; [Estadão](#), 12/08/2018; [O Globo](#), 17/08/2018; [La Nación](#), 15/09/2018; [Clarín](#), 20/09/2018; [La Nación](#), 26/09/2018.

## Acordo entre Argentina e FMI é anunciado após saída do presidente do Banco Central

No dia 25 de setembro, o então presidente do Banco Central argentino, Luis Caputo, renunciou ao cargo enquanto o presidente Mauricio Macri estava em Nova Iorque. A oposição denuncia ser uma intervenção direta do Fundo Monetário Internacional (FMI) nos assuntos internos argentinos, em vista dos desacordos entre Luís Caputo e a instituição sobre a política cambial e a capacidade de intervenção do Banco Central. O substituto escolhido foi Guido Sandler, até então secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e que trabalhou ativamente no acordo adicional com o FMI. A nomeação foi bem recebida por Christine Lagarde, diretora-geral do FMI, que no dia 26 de setembro anunciou o acordo adicional da instituição com a Argentina. O acordo complementar estabeleceu um adicional de US\$ 7,1 bilhões ao empréstimo original de US\$ 50

bilhões, fazendo com que este passe a ser o maior empréstimo da história do FMI. Em contrapartida, o governo argentino comprometeu-se a adotar medidas econômicas mais drásticas. Além da política de déficit zero, comprometeu-se a interromper a emissão monetária até junho de 2019 e adotar o regime de banda cambial, mantendo o dólar flutuando entre \$ 34 e \$ 44 pesos, o que significa uma intervenção limitada do Banco Central para manter o dólar dentro da banda cambial. Por outro lado, além do aumento do montante total, foi anunciada uma mudança no esquema de liberação do empréstimo. Está prevista a liberação de cerca de US\$ 19 bilhões a mais que o acordado inicialmente para 2018 e 2019. Além disso, os fundos deixam ter caráter precatório e passam a estar plenamente disponíveis. Em termos políticos, o acordo adicional pode ser encarado como uma vitória de Macri, que tentará a reeleição no final de 2019, e um voto de confiança do FMI em seu governo.

Fontes: [Clarín](#), 25/09/2018; [Clarín](#), 25/09/2018; [La Nación](#), 25/09/2018; [O Globo](#), 26/09/2018; [La Nación](#), 28/09/2018.

## Sede da Embaixada do Paraguai em Israel retorna a Tel Aviv

O presidente paraguaio Mario Abdo Benítez, empossado dia 15 de agosto, decidiu retornar a sede da embaixada do Paraguai em Israel a Tel Aviv. Com esta decisão, Abdo Benítez recuou da decisão de seu antecessor, Horacio Cartes, que em maio inaugurara a nova embaixada em Jerusalém, seguindo decisão semelhante de Washington. O novo governo do Paraguai afirmou que com esta decisão espera contribuir com a paz no Oriente Médio, devido ao fato de Jerusalém ser um dos componentes do conflito entre Israel e Palestina. Mesmo que o governo dos EUA tenha pedido para manter a embaixada em Jerusalém, a decisão foi mantida pelo governo paraguaio. Em resposta, o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, anunciou o fechamento da embaixada de Israel no Paraguai em 05 de setembro. Além disso, foi cancelada a viagem de uma missão econômica ao Paraguai que ocorreria este mês. Após reunião com Donald Trump, Netanyahu anunciou que encerraria qualquer tipo de cooperação com o Paraguai. O governo paraguaio, por sua vez, qualificou a decisão do primeiro-ministro israelense como exagerada e muito apressada. Cartes criticou a medida do novo governo e o chanceler Luis Alberto Castiglioni, em resposta, disse que a decisão de Cartes de trasladar a embaixada havia sido unilateral e sem justificativa. Após a decisão do governo paraguaio, a Autoridade

Palestina divulgou que abrirá embaixada em Assunção, anúncio seguido pelo governo da Turquia, que até hoje só tem um consulado no país. Por sua vez, o governo paraguaio também abrirá uma embaixada na Turquia. Em contraposição, o governo do presidente colombiano Iván Duque, que assumiu o poder no mês passado, manifestou que não abrirá embaixada na Palestina, mesmo que Juan Manuel Santos, seu sucessor na presidência, tenha reconhecido o Estado palestino poucos dias antes de acabar seu mandato.

Fontes: [The Times of Israel](#), 05/09/2018; [ABC](#), 05/09/2018; [The Jerusalem Post](#), 07/09/2018; [El Tiempo](#), 07/09/2018; [La Nación](#), 28/09/2018.

## Encontro do FOCAC 2018 acontece na China

Nos dias 03 e 04 de setembro, aconteceu na China a reunião do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) de 2018. A primeira conferência ministerial deste fórum foi realizada em Pequim em 2000. Trata-se de um fórum oficial entre a China e todos os Estados da África (com exceção da Suazilândia, Estado africano com o qual a China não tem relações diplomáticas, uma vez que reconhece Taiwan). No encontro deste ano, foi adotado o Plano de Ação de Pequim FOCAC (2019-2021) com o objetivo de reforçar a cooperação pragmática entre os participantes, com foco em iniciativas de promoção industrial, infraestrutura de conectividade, facilitação do comércio, desenvolvimento verde, saúde, intercâmbio entre pessoas e paz e segurança. O presidente chinês Xi Jinping anunciou US\$ 60 bilhões em novos financiamentos para os países africanos. Mesmo sendo esta uma cifra considerável, o valor é US\$ 10 bilhões a menos do que o acordado na cúpula anterior do FOCAC, em 2015. Segundo autoridades chinesas, a diferença de valor virá de investimentos privados chineses. O total fornecido pelo governo inclui US\$ 20 bilhões em novos empréstimos e US\$ 15 bilhões em cooperação, além de um adicional de US\$ 15 bilhões alocados em dois fundos especiais. Muito criticada nos últimos anos pelos países desenvolvidos pelo aumento do endividamento dos países africanos e pelo que seria uma forma de “neocolonialismo” na extração de recursos naturais, a China também prometeu aumentar os empréstimos sem juros e baixar os juros de outras linhas de créditos. Além disso, o país prometeu expandir suas importações, especialmente para produtos manufaturados, e facilitar as emissões de títulos das instituições financeiras africanas na China.

Fontes: [Africa News](#), 03/09/2018; [The Diplomat](#), 05/09/2018; [Xinhua](#), 06/09/2018; [Quartz](#), 07/09/2018; [R7](#), 10/09/2018.

## Em sua X Cúpula, os BRICS batem de frente com os EUA

Na cúpula que comemorou os dez anos dos BRICS, as críticas aos EUA deixaram em segundo plano a celebração do aniversário. O presidente chinês, Xi Jinping, deu tom de repúdio à guerra comercial estadunidense, embora sem mencionar diretamente o presidente Donald Trump. O posicionamento do bloco também foi de encontro à política externa dos EUA em outros temas sensíveis. Os BRICS declararam o apoio a uma solução negociada entre israelenses e palestinos que inclua a questão de Jerusalém, contrariando o reconhecimento unilateral da cidade como capital de Israel pela potência norte-americana. O grupo também marcou posição na questão nuclear do Irã, destacando a importância do acordo nuclear abandonado pelos EUA e rechaçando a política de sanções contra o regime iraniano, retomada por Trump. Em geral, as análises políticas destacaram a janela de oportunidade criada pelo isolacionismo estadunidense para o maior protagonismo dos BRICS na ordem mundial. A promessa de expandir os aportes financeiros do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) para a ordem de US\$ 7,5 bilhões expressa o movimento diplomático dos países nesse sentido. Os membros do bloco acordaram também a criação de uma sede do banco no Brasil, na cidade de São Paulo. Sobre a participação brasileira, repercutiu negativamente a saída do presidente Michel Temer antes da rodada de discursos dos países africanos que foram convidados para a cúpula, imediatamente após discurso em que defendeu maior integração econômica com países africanos. A tentativa de usar o evento para melhorar sua imagem foi em vão, destacou a BBC em matéria que lembrou a falta de prestígio de Temer, único presidente do bloco a não se encontrar com o presidente russo, Vladimir Putin, em uma reunião bilateral.

Fontes: [Exame](#), 26/07/2018; [Sputnik News](#), 26/06/2018; [Firstpost](#), 26/07/2018; [Folha de São Paulo](#), 26/07/2018; [Folha de São Paulo](#), 27/07/2018; [O Globo](#), 27/07/2018; [BBC](#), 27/07/2018; [The Quint](#), 29/07/2018; [MEMRI](#), 29/07/2018; [TASS](#), 30/07/2018; [Estadão](#), 30/07/2018.

## Erdogan critica EUA em seu discurso na Assembleia Geral da ONU

No mês de setembro aconteceu a LXXIII Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), na cidade de Nova Iorque. No dia 25 de setembro, o presidente da Turquia Recep Tayyip Erdogan, fez seu discurso. Dentre os pontos abordados pelo presidente, os principais foram: guerra comercial, refugiados e reestruturação da ONU. Quanto à questão comercial, Erdogan afirmou que atualmente sanções econômicas estão sendo utilizadas por países como arma, uma crítica velada à atuação do presidente dos EUA, Donald Trump, que tem afetado diretamente a economia turca. Erdogan acrescentou que a Turquia defende a livre circulação de pessoas e mercadorias e o livre comércio. Em sua fala, o presidente turco também incentivou que os países realizem ações responsáveis e compatíveis com as plataformas do G20 e da Organização Mundial do Comércio (OMC). Em relação a situação dos refugiados, Erdogan pediu ajuda financeira para atuar na agenda, em particular à União Europeia, elucidando que a Turquia ao receber refugiados sírios, contribuiu para que não chegassem a Europa. O recente acordo assinado com a Rússia foi lembrado por Erdogan como uma maneira de minimizar o conflito na Síria. A ONU recebeu críticas do presidente turco, que reforçou a necessidade de uma reestruturação da organização. Foi frisado por Erdogan que o mundo não é constituído apenas por cinco – uma clara menção aos países que compõem o Conselho de Segurança, e únicos com direito a veto. Erdogan também declarou que a organização afastou a capacidade de garantir as expectativas da humanidade por meio da paz e do bem-estar.

Fontes: [The National Herold](#), 25/08/2018; [Express](#), 25/09/2018; [Reuters](#), 25/09/2018; [Daily Sabah](#), 25/09/2018; [Sputnik News](#), 25/09/2018; [Expresso](#), 25/09/2018; [The Jakarta Post](#), 26/09/2018.

## Assembleia Geral da ONU discute migrações

No âmbito da LXXIII Assembleia Geral da ONU, que aconteceu em setembro na cidade de Nova Iorque, líderes mundiais se posicionaram sobre a agenda de migrações. O primeiro discurso a tratar da questão das migrações internacionais foi da presidenta da Assembleia, María Fernanda Espinosa, que se comprometeu a desenvolver ações para a agenda. Espinosa reforçou a importância do Pacto Global como forma de findar redes de contrabando

de pessoas e evitar a separação de famílias migrantes. De acordo com o secretário-geral das Nações Unidas, Antonio Guterres, a migração é um fenômeno que envolve questões humanitárias, direitos humanos e questões demográficas. Em 25 de setembro, em discurso na Assembleia Geral, o presidente do Brasil, Michel Temer, salientou a solidariedade com o Pacto Global para Migração e reforçou a necessidade de fortalecer os direitos dos migrantes e contribuir para um desenvolvimento sustentável. No mesmo dia, o presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdoğan, discursou e pediu ajuda financeira para continuar a atuação no acolhimento a refugiados sírios. No dia 27 de setembro, Donald Tusk, presidente do Conselho Europeu, discursou na Assembleia e lembrou a atuação da União Europeia junto a ONU e União Africana para ajudar migrantes líbios na modalidade de regressos humanitários voluntários. Concomitante a Assembleia, aconteceu o encontro Road to Marrakech, no dia 24 de setembro. O evento reuniu representantes do Banco Mundial, Bangladesh, Costa Rica, México, Turquia, Ruanda, Brasil e líderes de outros países, com o objetivo de organizar a assinatura oficial do Pacto Global para Migrações que acontecerá entre os dias 10 e 11 de dezembro de 2018, no Marrocos. O documento possui 23 objetivos para melhor gestão de fluxos migratórios e é baseado nos princípios da agenda 2030.

Fontes: [ONU](#), 25/09/2018; [EBC](#), 26/09/2018; [Conselho Europeu](#), 27/09/2018; [ONU](#), 27/09/2018; [ONU](#), 28/09/2018; [Ministério de Relações Exteriores da Espanha](#), 27/09/2018.

## Avanços e retrocessos nos direitos humanos ocorrem ao redor do mundo

No primeiro dia de setembro a Comissão de Direitos Humanos da ONU deixou a Nicarágua, após decisão do presidente do país Daniel Ortega. A ação de Ortega foi um contraponto a um relatório divulgado pela Comissão em relação a violações de direitos humanos e repressões realizadas pelo governo nicaraguense. Desde o mês de abril, a Nicarágua registrou mais de 300 mortos e a Comissão considera que está a caminho da instauração de um estado de exceção. No dia 06 de setembro, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) informou que o êxodo massivo de venezuelanos é o maior da região e uma das mais graves crises humanitárias na história do continente. O país registrou a emigração de mais de 2,3 milhões de pessoas nos últimos anos. No intuito de fornecer orientações específicas para o



tratamento do tema, a CIDH adotou a resolução 2/18.NE no dia 27 de setembro, onde seis países denunciaram a Venezuela formalmente ao Tribunal Penal Internacional por abusos e violações cometidas pelo governo de Maduro. No Brasil, moradores de favelas ocupadas pela intervenção federal no Rio de Janeiro relatam roubos e estupros como violações cometidas por agentes da operação. Essas informações estão em um relatório desenvolvido por ONGs e pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro, com mais de 300 depoimentos anônimos de moradores de 15 comunidades do estado. Por outro lado, no dia 06 de setembro a Suprema Corte da Índia descriminalizou relações consensuais entre pessoas do mesmo sexo. No começo de setembro, Michele Bachelet, ex-presidenta do Chile, assumiu o cargo de Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos. Em seu mandato como presidenta, suas conquistas na agenda foram em torno de reformas educacionais, criação do Instituto Nacional de Direitos Humanos e do Ministério da Mulher e Equidade de Gênero, além da implementação de cotas para elevar a participação feminina na política. Bachelet também aprovou a Lei de União Civil, que concede direitos aos casais de mesmo sexo.

Fontes: [IstoÉ](#), 01/09/2018; [ONU](#), 05/09/2018; [El Periódico](#), 06/09/2018; [Anistia Internacional](#), 06/09/2018; [Folha de São Paulo](#), 27/09/2018; [El Periódico](#), 27/09/2018.

## **Protagonismo feminino ganha destaque na política doméstica e internacional**

Após mais de uma década com homens ocupando a liderança da Assembleia Geral da ONU, María Fernanda Espinosa, diplomata equatoriana, assumiu o cargo, sendo também a primeira representante da região da América Latina e do Caribe. Em sua posse, no dia 18 de setembro, a dirigente reafirmou o compromisso com a liderança global e a responsabilidade coletiva para enfrentar os desafios da Agenda 2030, como o trabalho decente, os direitos das pessoas especiais, a ação ambiental, os direitos de migrantes e refugiados, a equidade de gênero, a paz e a segurança e a reforma da ONU. Também na ONU, houve repercussão a atitude da primeira-ministra da Nova Zelândia, Jacinda Ardern, em levar sua filha de três meses para a reunião da Assembleia Geral realizada no dia 25 de setembro, que contribuiu para desfazer estereótipos de gêneros relacionados aos temas de maternidade e o papel da mulher na política. Nesta reunião, os líderes

Justin Trudeau (Canadá), Emmanuel Macron (França) e Theresa May (Reino Unido) se comprometeram em colocar todas as meninas do planeta na escola até 2030, destinando, juntamente aos Emirados Árabes, a Noruega e a Holanda, um fundo de investimento de US\$ 2,5 bilhões para combater obstáculos como pobreza, gravidez precoce, violência sexual e normas sociais restritivas, que afetam principalmente a escolarização das meninas africanas. No Brasil, movimentos liderados por mulheres contra a eleição de Jair Bolsonaro (PSL), candidato da extrema direita, foram às ruas em 18 capitais brasileiras e 66 cidades pelo mundo, no dia 29 de setembro. Os protestos sob o grito do #EleNão significaram que os demais candidatos na corrida eleitoral teriam apoio, exceto Bolsonaro, devido aos seus discursos que incitam o ódio contra as mulheres e minorias. O acontecimento foi repercutido pela mídia internacional, como o Diário de Notícias, Público, BBC, El País, entre outros.

Fontes: [ONU](#), 17/09/2018; [CNN](#), 25/09/2018; [Estadão](#), 26/09/2018; [El País](#), 30/09/2018.

## Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

[latsul.org](http://latsul.org)

